Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0601-F3B1
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Nível Delegado (N3 + N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

Durante assembleia de condomínio, Rogério, irritado com a cobrança de uma taxa extra, dirigiu-se ao síndico Wagner, na presença de vários moradores, e chamou-o de "ladrão" e "aproveitador", sem atribuir-lhe nenhum fato concreto. Wagner, no mesmo instante, revidou e chamou Rogério de "caloteiro" e "vagabundo". Dias depois, Wagner ofereceu queixa-crime contra Rogério, que, antes da sentença, apresentou nos autos retratação cabal das ofensas e requereu, subsidiariamente, a produção de prova de que Wagner fora condenado, anos antes, por apropriação indébita.

Considerando o Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. A conduta de Rogério configura injúria, e não calúnia, porque ele atribuiu qualidades negativas a Wagner sem lhe imputar fato determinado definido como crime.
II. Se Rogério também oferecer queixa-crime, Wagner poderá ser beneficiado pelo perdão judicial, porque revidou de imediato com outra injúria.
III. A retratação cabal apresentada antes da sentença isenta Rogério de pena.
IV. Rogério poderá opor exceção da verdade, demonstrando a condenação anterior de Wagner, o que afasta a tipicidade da ofensa.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e IV, apenas.

Questão 02

Em um mesmo plantão, a autoridade policial recebeu dois registros de ocorrência.

No primeiro, Leandro, apresentando-se como interessado na compra de uma motocicleta anunciada por Paulo, pediu para fazer um teste de rodagem. Paulo entregou-lhe a chave para uma volta no quarteirão, mas Leandro fugiu com o veículo e não retornou.

No segundo, Mirela, fingindo ser compradora, exibiu a Sônia, pelo celular, comprovante falso de transferência bancária referente ao preço de um relógio. Convencida de que o pagamento fora feito, Sônia entregou o relógio a Mirela, que foi embora com ele. O comprovante não foi usado para nenhum outro fim.

Considerando a distinção entre os crimes contra o patrimônio e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

(A) Leandro praticou furto mediante fraude, e Mirela, estelionato, que absorve o uso do comprovante falso, cuja potencialidade lesiva se esgotou na fraude.

(B) Leandro e Mirela praticaram estelionato, porque em ambos os casos a vítima entregou voluntariamente o bem ao agente depois de ser enganada.

(C) Leandro praticou estelionato, porque recebeu a chave das mãos da vítima, e Mirela praticou furto mediante fraude, porque usou documento falso.

(D) Leandro praticou furto mediante fraude, e Mirela, estelionato em concurso material com uso de documento falso, por serem distintos os bens jurídicos.

(E) Leandro praticou apropriação indébita, porque a vítima lhe transferiu a posse da motocicleta, e Mirela praticou estelionato, que absorve o falso.

Questão 03

O navio mercante de bandeira argentina nominado Mengon , de propriedade de uma sociedade empresária privada, encontra-se atracado no porto de Paranaguá, no Estado do Paraná. Durante o desembarque de mercadorias, após uma discussão acalorada sobre futebol, Juan, marinheiro de nacionalidade paraguaia desfere, ainda no convés do navio, golpes de faca contra Hans, turista alemão, que visitava as instalações portuárias. Hans vem a óbito ainda no cais. Juan é preso em flagrante pelas autoridades brasileiras antes de retornar à embarcação. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Aplica-se a lei argentina, pois o crime foi praticado a bordo de embarcação privada de bandeira estrangeira, que goza de extraterritorialidade em virtude do princípio do pavilhão, também chamado de princípio da bandeira.

(B) Aplica-se a lei brasileira com base no princípio da extraterritorialidade, pois, ao ingressar em porto ou mar territorial brasileiro, a embarcação privada estrangeira é sempre considerada extensão do território nacional para fins penais.

(C) Aplica-se a lei brasileira com base no princípio da territorialidade, uma vez que o crime ocorreu em território nacional e, sendo de propriedade privada, a embarcação estrangeira não goza de imunidade diplomática ou administrativa quando atracada em solo brasileiro.

(D) Aplica-se a lei alemã ou a lei paraguaia com base no princípio da personalidade ativa ou passiva, devendo o Brasil proceder à extradição imediata de Juan, pois o Estado brasileiro não

possui respaldo legal para processar crimes entre estrangeiros ocorridos a bordo de navios mercantes.

(E) Aplica-se a lei brasileira com base no princípio da extraterritorialidade condicionada, dependendo a persecução penal da entrada do agente no território nacional e da requisição do Ministro da Justiça, por se tratar de crime praticado por estrangeiro contra estrangeiro.

Questão 04

Gustavo é investigado em inquérito policial instaurado para apurar crime de estupro. Ao saber que a vizinha Lúcia fora arrolada como testemunha e seria ouvida na delegacia na semana seguinte, Gustavo foi até a casa dela e, exibindo uma faca, ameaçou matá-la caso relatasse à autoridade policial o que havia presenciado.

Lúcia, embora assustada, compareceu à delegacia, narrou integralmente os fatos e noticiou a ameaça sofrida. Ao analisar a conduta, o delegado de polícia registrou que a testemunha não alterou seu depoimento e que ainda não havia processo judicial em curso contra Gustavo.

Considerando o Código Penal, é correto afirmar que Gustavo

(A) praticou coação no curso do processo apenas na forma tentada, porque a testemunha não deixou de relatar os fatos à autoridade policial.

(B) não praticou coação no curso do processo, porque o tipo exige processo judicial já instaurado, e responde apenas pelo crime de ameaça.

(C) praticou coação no curso do processo consumada, com a pena aumentada de um terço até a metade, por envolver crime contra a dignidade sexual.

(D) praticou favorecimento pessoal, porque buscou auxiliar a si mesmo a subtrair-se à ação da autoridade pública responsável pela investigação.

(E) praticou coação no curso do processo consumada, com a pena aumentada de dois terços, por envolver crime contra a dignidade sexual.

Direito Processual Penal

Questão 05

José responde, em juízo, pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável, que teria sido perpetrado durante as festividades de réveillon , na presença de três pessoas, quais sejam: i. Caio, que tem 13 anos de idade; ii. Matheus, que possui 17 anos de idade; e iii. Maria, genitora do acusado. Buscando elucidar os fatos, o Ministério Pública requer a oitiva dos indivíduos, ora elencados, em sede judicial. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, mas os dois não prestarão o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

(B) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, mas o primeiro não prestará o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

(C) Caio e Matheus estão proibidos de prestar depoimento. Por sua vez, Maria poderá se recusar a depor, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias, hipótese em que será ouvida sem prestar o compromisso legal de dizer a verdade.

(D) Caio e Matheus não poderão se eximir da obrigação de prestar depoimento, sendo certo que os dois prestarão o compromisso legal de dizer a verdade. Por sua vez, Maria está proibida de prestar depoimento.

(E) Caio e Matheus estão proibidos de prestar depoimento. Por sua vez, Maria não poderá se recusar a depor, mas não prestará o compromisso legal de dizer a verdade.

Questão 06

Ricardo, delegado de polícia, preside inquérito policial que apura roubo simples praticado contra uma joalheria. Os elementos colhidos indicam fundadas razões de autoria de Igor, que, segundo testemunhas, tem procurado compradores para as joias e deixou de atender a duas intimações para prestar declarações. Igor não tem residência fixa conhecida. Antes de representar pela prisão temporária, Ricardo reuniu a equipe para revisar o regime jurídico da medida.

Considerando a Lei nº 7.960/1989, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. A temporária exige que sua imprescindibilidade para as investigações seja demonstrada por elementos concretos, vedado seu uso como prisão para averiguações.
II. A falta de residência fixa, hipótese prevista na própria lei, basta, por si só, para justificar a decretação da temporária.
III. Recebida a representação, o juiz ouvirá o Ministério Público e, se entender a temporária insuficiente, poderá decretar de ofício a prisão preventiva.
IV. Esgotado o prazo fixado no mandado, a autoridade responsável pela custódia deve soltar o preso independentemente de nova ordem judicial, salvo se já comunicada da prorrogação ou da decretação da preventiva.

Está correto o que se afirma em

(A) I e IV, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Questão 07

Diogo figurou como autor do fato em termo circunstanciado lavrado pela autoridade policial por infração de menor potencial ofensivo de ação penal pública incondicionada, sem contexto de violência doméstica. Remetido o termo ao Juizado Especial Criminal, Diogo não foi localizado para a audiência preliminar, e o oficial de justiça certificou que ele se mudara para lugar incerto e não sabido. O Ministério Público, entendendo presente justa causa, manifestou-se pelo prosseguimento da persecução e requereu providências para a citação do acusado.

Considerando a Lei nº 9.099/1995, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) o próprio Juizado fará a citação por edital e, se Diogo não comparecer, o processo seguirá à sua revelia, com a nomeação de defensor dativo.
(B) o Juizado remeterá as peças ao juízo comum, que adotará o procedimento ordinário, por ser o rito residual dos crimes apurados fora do Juizado.
(C) o Juizado remeterá as peças ao juízo comum, que adotará o procedimento sumário, e, se Diogo citado por edital não comparecer, o processo seguirá sem suspensão da prescrição.
(D) o próprio Juizado suspenderá o processo e o prazo prescricional até a localização de Diogo, aplicando diretamente o art. 366 do CPP, sem remessa ao juízo comum.
(E) o Juizado remeterá as peças ao juízo comum, que adotará o procedimento sumário, e, se Diogo citado por edital não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e a prescrição.

Questão 08

Caio foi capturado em flagrante pela prática do crime de corrupção ativa, ao oferecer valores pecuniários a um policial militar do Estado de Goiás. Realizada a audiência de custódia, Caio demonstrou ao seu patrono interesse em se beneficiar de eventual instituto despenalizador previsto na legislação de regência. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o acordo de não persecução penal poderá conter, dentre outras, as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

(A) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.
(B) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.
(C) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código

Penal.

(D) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

(E) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09

Valter cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado. No interior do estabelecimento, praticou novo crime doloso, pelo qual ainda não há condenação definitiva. A direção do presídio não instaurou procedimento administrativo disciplinar, mas o juiz da execução designou audiência de justificação, na qual Valter foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público, e, em seguida, reconheceu a falta grave. A defesa recorreu e discutiu tanto a validade do reconhecimento quanto os efeitos da falta sobre benefícios futuros.

Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da falta grave decorrente de crime doloso praticado no cumprimento da pena dispensa o trânsito em julgado da condenação pelo novo crime.
II. A oitiva do condenado em audiência de justificação, com a presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade de prévio procedimento administrativo disciplinar.
III. A falta grave interrompe o prazo para a obtenção de indulto e de comutação de pena, salvo disposição em contrário do decreto concessivo.
IV. A falta grave interrompe a contagem do prazo para a obtenção do livramento condicional.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Questão 10

Em diligência no centro da cidade, policiais civis prenderam em flagrante Carlos e Diego, que, de forma independente e sem ligação entre si, vendiam porções de cocaína a usuários. Na lavratura dos autos, o delegado de polícia analisou as certidões de antecedentes criminais de ambos.

Carlos havia sido condenado definitivamente por tráfico de drogas, e sua pena fora extinta pelo cumprimento seis anos antes do novo fato. Diego tinha uma única condenação definitiva anterior, pelo crime de porte de cocaína para consumo pessoal (art. 28 da Lei nº 11.343/2006), transitada em julgado um ano antes do novo fato.

Considerando o Código Penal, a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do STF e do STJ, é correto afirmar que

(A) Carlos é reincidente, porque a condenação anterior só deixa de prevalecer dez anos após a extinção da pena, e Diego não é reincidente.

(B) nenhum dos dois é reincidente, e o decurso de cinco anos também impede que a condenação de Carlos seja valorada como maus antecedentes.

(C) Carlos não é reincidente, pelo decurso do prazo legal, mas Diego é reincidente, porque a condenação pelo art. 28 decorre da prática de crime.

(D) ambos são reincidentes, porque a reincidência considera qualquer condenação definitiva anterior, sem limite de tempo e sem distinção de pena.

(E) nenhum dos dois é reincidente, mas a condenação anterior de Carlos pode ser valorada como maus antecedentes, apesar do decurso de cinco anos.

Questão 11

Em investigação sobre organização criminosa estruturada para fraudar licitações em diversos municípios, sem emprego de violência ou grave ameaça, o delegado de polícia representou pela prisão preventiva de Aurélio, apontado como um dos líderes do grupo. A representação demonstra, com base em interceptações telefônicas autorizadas e em relatórios de inteligência financeira, que Aurélio continua a coordenar o pagamento de vantagens indevidas a servidores e a orientar a ocultação dos valores obtidos.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. A necessidade de interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa constitui fundamento idôneo para a preventiva, a título de garantia da ordem pública.

II. Ainda que não haja representação da autoridade policial nem requerimento do Ministério Público, o juiz pode decretar de ofício a preventiva na fase de investigação, quando presentes os requisitos legais.
III. Decretada a preventiva, se o juiz não revisar a necessidade da medida no prazo de 90 dias, a prisão se torna ilegal e deve ser revogada automaticamente.
IV. A gravidade abstrata do crime de organização criminosa, por si só, basta para fundamentar a decretação da preventiva.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 12

Joana compareceu à delegacia e relatou ter sido agredida pelo companheiro, Márcio, com socos no rosto e nos braços, dois dias antes. Levou consigo o prontuário do atendimento recebido em um posto de saúde na noite dos fatos. Encaminhada ao instituto médico-legal, a perícia encontrou apenas vestígios tênues, já em regressão. O delegado de polícia discutiu com a equipe como comprovar a materialidade das lesões.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e o Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Feito o registro da ocorrência, cabe à autoridade policial determinar, de imediato, o exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
II. O prontuário médico fornecido pelo posto de saúde é admitido como meio de prova.
III. Por envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, o exame de corpo de delito deve ter prioridade de realização.
IV. Se os vestígios tivessem desaparecido por completo, a materialidade só poderia ser demonstrada por exame indireto feito por perito oficial, sendo inadmissível que a prova testemunhal suprisse a falta do exame.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Direito Constitucional

Questão 13

A Assembleia Legislativa de determinado estado instalou comissão parlamentar de inquérito, criada a requerimento de um terço de seus membros, para apurar, por prazo certo, desvios em contratos de manutenção de viaturas policiais. No curso dos trabalhos, a comissão, por decisão fundamentada da maioria de seus integrantes, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Henrique, empresário investigado. Na mesma sessão, aprovou requerimento dirigido à operadora de telefonia para que interceptasse, por quinze dias, as comunicações telefônicas de Henrique.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a quebra dos sigilos bancário e fiscal é válida, mas a interceptação telefônica é inválida, por estar sujeita à reserva de jurisdição.

(B) ambas as medidas são válidas, porque a comissão detém poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, sem nenhuma restrição.

(C) ambas as medidas são inválidas, porque a comissão estadual não pode quebrar sigilos, poder reservado às comissões do Congresso Nacional.

(D) a quebra dos sigilos é válida, e a interceptação telefônica também o seria se aprovada pela unanimidade dos membros da comissão.

(E) a quebra dos sigilos bancário e fiscal depende de prévia autorização judicial, mas a interceptação pode ser determinada pela comissão.

Questão 14

O Município Alfa editou lei que proíbe a instalação de nova farmácia a menos de 500 metros de outra já existente e, na mesma lei, fixou o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais locais. Na mesma época, o Governador do Estado Beta, por decreto, criou empresa pública para explorar diretamente a comercialização varejista de combustíveis, sem que lei alguma defina o imperativo de segurança nacional ou o relevante interesse coletivo envolvido, sob a justificativa de que a medida seria conveniente para a arrecadação estadual.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

I. A proibição de instalar estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área ofende o princípio da livre concorrência.

II. O Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
III. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida sempre que conveniente à Administração, independentemente de lei que defina o relevante interesse coletivo ou o imperativo de segurança nacional.
IV. Por ser pessoa jurídica de direito privado, a empresa pública estadual pode ser criada diretamente por decreto do Governador, dispensada lei específica.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15

Os Municípios Alfa , Beta e Delta , localizados em Estados distintos, pretendem constituir um consórcio público, com atuação na área da saúde. Demais disso, há o interesse, por parte dos respectivos Prefeitos, de que a União integre a referida entidade. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005, analise as afirmativas a seguir. I. Os consórcios públicos constituem pessoas jurídicas de direito privado, com natureza jurídica de empresa pública, integrando a Administração Pública Direta de todos os entes da federação consorciados. II. A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados. III. Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS). Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 16

Com vistas a solucionar uma antiga situação contenciosa na aplicação do direito público, no que diz respeito à expedição de uma licença, o Secretário de Fazenda do Município Beta sugeriu a realização de uma consulta pública para fins de formalizar um instrumento consensual que pudesse alcançar uma solução para a controvérsia, com o escopo de melhor atender às finalidades públicas, diante da presença de razões de interesse geral. Nesse caso, à luz das normas sobre aplicação e interpretação do direito público constantes do Decreto-Lei nº 4.657/42 (LINDB), é correto afirmar que

(A) considerando que a licença é ato administrativo vinculado, não há possibilidade de celebração de compromisso com o interessado, sob pena de violação do princípio da legalidade.
(B) em razão da controvérsia ter se tornado contenciosa, não há mais possibilidade de celebração de compromisso com os interessados, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.
(C) é cabível a formalização de compromisso com os interessados, que, mediante oitiva do órgão jurídico, pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral, em razão do princípio da efetividade.
(D) eventual compromisso com os interessados deve prever com clareza as obrigações das partes, não sendo necessário estabelecer o prazo para cumprimento ou determinar as sanções aplicáveis que decorrem da lei, tendo em conta o princípio da proteção da confiança.
(E) após oitiva do órgão jurídico e da realização de consulta pública, é possível a celebração de compromisso com os interessados para eliminar a situação contenciosa, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial, à luz do princípio da eficiência.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17

Em curso de formação para gestores do Poder Executivo do Estado do Paraná, foram apresentadas quatro situações hipotéticas, todas regidas pela Lei Estadual nº 6.174/1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná). Analise as conclusões apresentadas para cada uma delas.

I. Tatiana foi nomeada para cargo efetivo e não tomou posse nem no prazo inicial nem na prorrogação concedida a seu pedido; nesse caso, a nomeação será tornada sem efeito, por decreto.

II. Rodrigo tomou posse, mas não entrou em exercício no prazo de trinta dias; nesse caso, será exonerado de ofício, ato sem caráter punitivo.
III. Silvana foi reintegrada por decisão judicial, e Marcelo, que ocupava o seu lugar, foi reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, com direito a indenização pela perda da posição.
IV. Surgida vaga nos quadros de pessoal do Estado, o aproveitamento de funcionário em disponibilidade terá precedência sobre as demais formas de provimento.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Questão 18

Matheus e Caio, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro, RJ, tomaram conhecimento de que o Poder Público estaria procedendo ao tratamento dos seus dados pessoais, sem o consentimento dos respectivos titulares. Em contato com as autoridades públicas competentes, inclusive com integrantes do Parquet , Matheus descobriu que o tratamento dos seus dados pessoais foi realizado para fins exclusivos de defesa nacional. Por sua vez, o tratamento dos dados pessoais de Caio foi efetivado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais. Sobre o caso narrado, considerando a aplicação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), assinale a afirmativa correta.

(A) A lei é aplicável ao tratamento dos dados pessoais de Matheus e Caio.
(B) A lei não se aplica ao tratamento dos dados pessoais de Matheus e Caio.
(C) A lei é aplicável ao tratamento dos dados pessoais de Matheus, mas não ao tratamento dos dados pessoais de Caio.
(D) A lei é aplicável ao tratamento dos dados pessoais de Caio, mas não ao tratamento dos dados pessoais de Matheus.
(E) A lei não se aplica ao tratamento dos dados pessoais de Matheus e Caio, salvo se eles demonstrarem a sensibilidade das informações trabalhadas pelo Poder Público.

Direitos Humanos

Questão 19

Augusto, adulto, em crise psicótica grave e recusando qualquer tratamento, foi levado pelo irmão a um hospital psiquiátrico. A pedido do irmão, a internação foi autorizada por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do estado onde se localiza o estabelecimento, com base em laudo médico circunstanciado que caracterizou seus motivos. Dez dias depois, o responsável técnico do hospital comunicou a internação ao Ministério Público estadual. Na semana seguinte, o irmão de Augusto apresentou ao hospital pedido escrito de encerramento da internação.

Considerando a Lei nº 10.216/2001, é correto afirmar que

(A) a internação é compulsória, porque ocorreu sem o consentimento do paciente, e por isso dependia de prévia determinação judicial.
(B) a internação é involuntária, e a comunicação ao Ministério Público foi tempestiva, porque o prazo legal é de quinze dias contados da internação.
(C) a internação é involuntária, mas somente o juiz pode determinar o seu término, ainda que haja pedido escrito do familiar.
(D) a internação é voluntária, porque foi solicitada por familiar, e o seu término depende de solicitação escrita do próprio paciente.
(E) a internação é involuntária, a comunicação ao Ministério Público deveria ter ocorrido em setenta e duas horas, e o pedido escrito do familiar põe fim a ela.

Ciências Forenses

Questão 20

No exame de conjunção carnal de vítima adulta de estupro, o perito descreveu hímen íntegro, de óstio amplo e borda elástica, que permitia a passagem de dois dedos sem rotura. Não foram encontrados espermatozoides no material colhido do fundo de saco vaginal, mas a pesquisa do antígeno prostático específico (PSA) no mesmo material resultou positiva. A investigação apurou que o suspeito fora submetido a vasectomia anos antes.

Considerando os conhecimentos de sexologia forense, é correto afirmar que

(A) a integridade do hímen exclui a conjunção carnal, de modo que a positividade do PSA deve ser atribuída a contaminação do material.
(B) o hímen complacente não afasta a conjunção carnal, mas, sem espermatozoides, a positividade do PSA não indica a presença de sêmen.

(C) o achado corresponde a entalhes himenais congênitos, que, por atingirem a borda de inserção, comprovam conjunção carnal antiga.

(D) o hímen complacente não afasta a conjunção carnal, e a positividade do PSA indica sêmen, compatível com agressor vasectomizado.

(E) o PSA é marcador de secreção vaginal, e a sua positividade apenas confirma a coleta adequada, sem relação com a presença de sêmen.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0601-F3B1 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.